

**CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPISSUMA – PE
CONCURSO PÚBLICO**

CADERNO DE QUESTÕES

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

NOME:

CPF:

**NÍVEL: SUPERIOR
CARGO: 03 – PROCURADOR**

Leia com atenção:

1. No Cartão-Resposta, as questões estão representadas por seus respectivos números. Preencha com caneta esferográfica (tinta PRETA);
2. O Cartão-Resposta tem, obrigatoriamente, de ser assinado. Esse Cartão-Resposta não poderá ser substituído, portanto, não o rasure nem o amasse;
3. A DURAÇÃO DA PROVA é de 3 horas, incluído o tempo para preenchimento do Cartão-Resposta;
4. Na prova há 40 questões de múltipla escolha, com cinco opções: A, B, C, D e E;
5. Durante a prova, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico (Calculadora, Celulares e etc.);
6. Só será permitido ao candidato entregar sua prova escrita após 45 (quarenta e cinco) minutos do seu início;
7. Só será permitido ao Candidato sair portando o Caderno de questões, após decorridos 2:40 (duas horas e quarenta minutos), após o efetivo início das provas;
8. O candidato somente poderá ausentar-se temporariamente da sala de provas, durante sua realização, acompanhado de um fiscal;
9. Os 03 (três) últimos candidatos em cada sala de prova, somente poderão entregar a respectiva prova e retirarem-se do local simultaneamente, após assinarem o lacre do envelope, juntamente com os fiscais de sala;
10. Será excluído do Concurso Público o candidato que descumprir os itens acima.

15 QUESTÕES DE PORTUGUÊS

Médicos alertam para riscos de cirurgia de mudança da cor dos olhos

Danos causados por tatuagem da córnea podem ser irreversíveis

A mudança da cor dos olhos por meio de pigmentação feita em intervenção cirúrgica é procedimento de alto risco, com resultados irreversíveis, e deve ser realizado apenas sob estrita recomendação médica. O alerta é do Conselho Brasileiro de Oftalmologia (CBO), que chama a atenção para publicações em redes sociais de pessoas que alegam terem se submetido à chamada ceratopigmentação com fins meramente estéticos, mais conhecido como tatuagem da córnea.

Na maioria das vezes, tal procedimento é indicado somente para pacientes com cegueira permanente (ou com baixa visão extrema) com o objetivo de tentar recuperar a aparência de um olho normal. Dentre os problemas que podem ser causados pelo uso indevido dessa técnica estão o surgimento de lesões na córnea, que podem ser persistentes e levar à perfuração do olho, infecções graves (até no interior do olho), e aumento da pressão dentro do olho.

Pacientes que já usaram a técnica informam dificuldade de enxergar, dor no olho, ardência, sensação de areia, aversão à luz e lacrimejamento persistente. Todas essas situações podem levar à redução da visão do paciente, seja na periferia ou no centro da visão, evoluindo, em alguns casos, para a cegueira permanente.

Na chamada “tatuagem da córnea”, ou ceratopigmentação, é empregada uma técnica cirúrgica na qual micropigmentos de diferentes cores são implantados nas camadas mais internas da córnea para alterar sua coloração. O procedimento é destinado, principalmente, ao tratamento de manchas brancas que acometem os olhos de pacientes cegos.

“Muitos pacientes que apresentam cegueira permanente em um olho sofrem com o estigma social que sua aparência pode provocar. A ceratopigmentação é uma técnica indicada para casos em que o paciente cego não se adapta à lente de contato cosmética (lente de contato colorida), ou quando não há indicação de evisceração ou enucleação (retirada do globo ocular) para adaptação de prótese ocular”, esclarece a cirurgiã oftalmologista Juliana Feijó Santos.

“É importante enfatizar que a ceratopigmentação refere-se apenas à coloração corneana, sendo a modificação da coloração escleral (a parte branca do olho) totalmente proscrita (não deve ser realizada)”, destaca.

A ceratopigmentação ganhou visibilidade no país nos primeiros dias de 2024 após a publicação de vídeo em rede social no qual uma brasileira com visão saudável afirma que realizou a cirurgia para mudar a cor dos olhos na Suíça. As imagens foram compartilhadas na página da clínica responsável pelo procedimento e já ganharam mais de 14 milhões de visualizações.

No Brasil, o uso da ceratopigmentação para fins estéticos é desaconselhado pelo CBO em pacientes saudáveis. Segundo o conselho, o procedimento é recomendado exclusivamente para pessoas que perderam a visão e pode ser realizado apenas quando

a córnea já está comprometida. O Conselho Federal de Medicina (CFM) também não autoriza o uso da técnica com essa finalidade.

“Como em todos os procedimentos cirúrgicos, os principais riscos são de infecção e inflamação do olho operado”, alerta Juliana Feijó, especialista em córnea. Ela ressalta ainda que são poucas as evidências científicas dos efeitos de longo prazo do uso de pigmento no estroma corneano, corroborando a necessidade de cautela na busca pela ceratopigmentação. Outro ponto do alerta do CBO vem do fato da ceratopigmentação dificultar futuros exames e procedimentos oculares, como o mapeamento de retina e a cirurgia de catarata.

Segundo a médica, mesmo como prática reparadora usada no atendimento de pacientes cegos, a cirurgia só deve ser realizada em um cenário em que sejam observados cuidados de biossegurança e com uma boa orientação pós-operatória, pois trata-se de um ato médico invasivo e de alto risco.

“É muito importante estar atento ao estado prévio do olho a ser operado, uma vez que a patologia de base pode influenciar nas intercorrências, como perfurações em córneas finas, neoplasias [tumores] não diagnosticadas previamente, ou até o desenvolvimento de herpes ocular, ou rejeição de um transplante de córnea preexistente”, acrescenta Juliana.

Quanto à infraestrutura do local do atendimento, o CBO diz que deve ser realizado em centro cirúrgico e com o paciente anestesiado. No pós-operatório, é imprescindível um seguimento clínico e uso correto dos colírios, para redução de riscos. Para pessoas que pretendem mudar sua imagem com a mudança na cor dos olhos, a indicação é de uso de outras estratégias, bem mais seguras.

De acordo com a presidente do CBO, Wilma Lelis, pessoas com boa saúde ocular que, por motivos estéticos, desejem mudar a cor dos olhos têm como melhor alternativa o uso de lentes de contato cosméticas. Wilma alerta que mesmo elas devem ser usadas sempre com acompanhamento de um oftalmologista e os cuidados de higiene adequados, visto que a lente também interfere na biologia lacrimal e da superfície ocular com potenciais riscos.

“O CBO recomenda que, em qualquer situação, medidas que possam trazer impacto na saúde ocular sejam amplamente discutidas com um médico oftalmologista. Ao fazermos essa orientação, com base em conhecimento técnico e científico reconhecido, queremos proteger a saúde da população e chamar a atenção para eventuais riscos aos quais pode ser exposta desnecessariamente”, concluiu Wilma.

(<https://jc.ne10.uol.com.br/colunas/saude-e-bem-estar/2024/01/15658069-medicos-alertam-para-riscos-de-cirurgia-de-mudanca-da-cor-dos-olhos.html> . Acesso em 12/01/2024)

1. Pode-se afirmar do texto que:

- A. A mudança da cor dos olhos pode ser realizada através de intervenção cirúrgica, sem precauções, por meio da ceratopigmentação.
- B. A busca da mudança da cor dos olhos, por questões estéticas, cresceu nos últimos anos devido à propagação da ceratopigmentação nas redes sociais.
- C. As ressalvas discutidas na área médica em relação à ceratopigmentação destacam os agravos do procedimento quando realizado unicamente por intento estético.
- D. Há o predomínio de pessoas jovens, principalmente no Brasil, interessadas em correr os riscos para a realização de uma cirurgia com o objetivo de mudar a cor dos olhos.
- E. As contraindicações para a realização de cirurgia para mudar a cor dos olhos atenuaram-se no Brasil e na Europa.

2. No trecho: “queremos proteger a saúde da população e chamar a atenção para eventuais riscos aos quais pode ser exposta desnecessariamente”, concluiu Wilma.”, o elemento coesivo em destaque retoma o termo:

- A. saúde da população
- B. chamar a atenção
- C. população
- D. (nós) queremos
- E. eventuais riscos

3. No fragmento: “tal procedimento é indicado”, o termo destacado exerce a mesma função sintática do elemento sublinhado em:

- A. “... é imprescindível um seguimento clínico”.
- B. “Para pessoas que pretendem mudar sua imagem” .
- C. “a cirurgia só deve ser realizada em um cenário”.
- D. “pode ser exposta desnecessariamente”.
- E. “quando a córnea já está comprometida.”

4. Em: “Ao fazermos essa orientação, com base em conhecimento técnico e científico reconhecido, queremos proteger a saúde da população ...”, a oração destacada classifica-se como:

- A. subordinada substantiva subjetiva reduzida de particípio
- B. subordinada adjetiva explicativa reduzida de gerúndio
- C. coordenada sindética conclusiva
- D. subordinada adverbial temporal reduzida de infinitivo
- E. subordinada adverbial condicional

5. No fragmento: “É muito importante estar atento ao estado prévio do olho”, destaca-se sintaticamente um:

- A. complemento nominal
- B. aposto explicativo
- C. objeto indireto
- D. predicativo do objeto
- E. adjunto adnominal

6. Assinale a alternativa cujo emprego do pronome não respeitou a norma culta:

- A. Os procedimentos onde põem em risco a saúde são constantes.
- B. Estar atento aos cuidados com a saúde é necessário para mim.
- C. Não descarte os alertas para uma boa saúde, entenda-os.
- D. Uma boa saúde envolve cuidados diariamente com nós mesmos.
- E. A cirurgia faz-se necessária após um diagnóstico médico preciso.

7. Analise os trechos a seguir e marque a alternativa que apresenta um verbo pronominal:

- A. “têm como melhor alternativa”
- B. “não se adapta à lente”
- C. “também interfere na biologia”
- D. “e chamar a atenção”
- E. “que acometem os olhos de pacientes cegos.”

8. No trecho: “... o CBO diz que deve ser realizado em centro cirúrgico e com o paciente anestesiado.”, a palavra destacada consiste em um (a):

- A. pronome relativo
- B. preposição aditiva
- C. conjunção explicativa
- D. conjunção integrante
- E. conectivo consecutivo

9. No trecho:

“A ceratopigmentação ganhou visibilidade no país nos primeiros dias de 2024 após a publicação de vídeo em rede social no qual uma brasileira com visão saudável afirma que realizou a cirurgia para mudar a cor dos olhos na Suíça. As imagens foram compartilhadas na página da clínica responsável pelo procedimento e já ganharam mais de 14 milhões de visualizações.”, tem-se predominantemente a função da linguagem:

- A. emotiva
- B. referencial
- C. fática
- D. conativa
- E. poética

10. No período: “Como em todos os procedimentos cirúrgicos, os principais riscos são de infecção e inflamação do olho operado”, o vocábulo sublinhado estabelece uma relação semântica de:

- A. conformidade
- B. causalidade
- C. comparação
- D. condição
- E. concessão

11. No trecho: “No pós-operatório, é imprescindível um seguimento clínico”, o emprego da vírgula se justifica por separar:

- A. termos de mesma função sintática
- B. um adjunto adverbial deslocado
- C. um aposto explicativo
- D. uma oração intercalada
- E. uma oração adverbial deslocada

12. No trecho: “e levar à perfuração do olho”, a regência verbal foi empregada de acordo com a norma culta. Assinale a alternativa que houve um desvio em relação aos princípios da regência.

- A. Os médicos chegam a um consenso dos riscos cirúrgicos com a ceratopigmentação.
- B. As ambições estéticas implicam, muitas vezes, o comprometimento da saúde.
- C. Certos pacientes não respeitam às orientações médicas quanto ao risco da cirurgia.
- D. A estética a que muitos aspiram não minimiza os riscos da cirurgia para o paciente.
- E. Os cuidados com a saúde lembram os perigos de uma cirurgia estética não indicada.

13. Analise os enunciados a seguir e indique a alternativa incorreta:

- A. Em: “apenas sob estrita recomendação médica.”, a conjunção sublinhada indica uma posição hierárquica.
- B. Em: “como o mapeamento de retina e a cirurgia de catarata.”, o termo destacado é uma preposição com função de exemplificação.
- C. Em: “sejam amplamente discutidas”, o verbo grifado está flexionado no presente do modo subjuntivo.
- D. Em: “base em conhecimento técnico e científico”, as palavras em destaque são acentuadas pela mesma regra.
- E. Em: “quando não há indicação de evisceração”, o verbo grifado, nesse contexto, é impessoal, conjugado no presente do modo indicativo.

14. Nos trechos: “Quanto à infraestrutura do local” e “sejam observados cuidados de biossegurança”, os termos destacados são escritos adequadamente sem o emprego do hífen. Assinale a alternativa que apresenta o vocábulo com a ortografia correta:

- A. mini-cirurgia
- B. semiinterno
- C. hiper-sensível
- D. recémchegado
- E. micro-organismo

15. Quanto aos enunciados a seguir, analise-os e indique a alternativa correta.

- A. No trecho: “são poucas as evidências científicas”, o verbo encontra-se na terceira pessoa do plural, concordando com o sujeito simples ‘poucas’.
- B. No trecho: “visto que a lente também interfere na biologia lacrimal”, a locução conjuntiva destacada pode ser substituída, sem alterar o sentido, por ‘de modo que’.

- C. Em: “trata-se de um ato médico invasivo”, o verbo grifado possui uma concordância indiferente, podendo também pluralizar-se na terceira pessoa: ‘tratam-se de um ato invasivo’.
- D. Nos trechos: “medidas que possam trazer impacto na saúde ocular” e “manchas brancas que acometem os olhos”, os vocábulos sublinhados introduzem orações de valor restritivo.
- E. Nos fragmentos: “para alterar sua coloração” e “refere-se apenas à coloração”, os verbos destacados exigem o mesmo tipo de complemento.

25 QUESTÕES DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16. Sobre o regramento estabelecido pela Lei nº 14.133/2021 para a realização de licitações, é incorreto afirmar:

- A. A Administração pode servir-se dos procedimentos auxiliares previstos na lei de licitações, além das modalidades de licitação.
- B. É vedada a criação de outras modalidades de licitação, além daquelas previstas na Lei de licitações.
- C. Não se aplica o pregão às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.
- D. É possível a combinação das modalidades de licitação estabelecidas na lei de licitações.
- E. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.

17. Na forma do que dispõe a Lei nº 14.133/2021 acerca da modalidade de licitação denominada “diálogo competitivo”, analise os itens a seguir:

- I. Na modalidade diálogo competitivo, a Administração poderá solicitar esclarecimentos ou ajustes às propostas apresentadas, desde que não impliquem discriminação nem distorçam a concorrência entre as propostas.
- II. Na modalidade diálogo competitivo, a Administração apresentará, por ocasião da divulgação do edital em sítio eletrônico oficial, suas necessidades e as exigências já definidas e estabelecerá prazo mínimo de 25 (vinte e cinco) dias úteis para manifestação de interesse na participação da licitação.
- III. Na modalidade diálogo competitivo, a Administração não poderá revelar a outros licitantes as soluções propostas ou as informações sigilosas comunicadas por um licitante sem o seu consentimento.
- IV. Na modalidade diálogo competitivo, as reuniões com os licitantes pré-selecionados serão registradas em ata e gravadas mediante utilização de recursos tecnológicos de áudio e vídeo.

- V. Na modalidade diálogo competitivo, a divulgação de informações de modo discriminatório que possa implicar vantagem para algum licitante será vedada.

Assinale a alternativa correta:

- A. Apenas os itens I, III e V estão corretos.
- B. Apenas os itens IV e V estão incorretos.
- C. Apenas os itens I e II estão incorretos.
- D. Há apenas quatro itens corretos.
- E. Todos os itens estão corretos.

18. Conforme a Lei nº 14.133/2021, o critério de julgamento por técnica e preço será escolhido quando estudo técnico preliminar demonstrar que a avaliação e a ponderação da qualidade técnica das propostas que superarem os requisitos mínimos estabelecidos no edital forem relevantes aos fins pretendidos pela Administração nas licitações para contratação de, exceto:

- A. Bens e serviços especiais de tecnologia da informação e de comunicação.
- B. Projetos e trabalhos de natureza artística.
- C. Serviços majoritariamente dependentes de tecnologia sofisticada e de domínio restrito, conforme atestado por autoridades técnicas de reconhecida qualificação.
- D. Objetos que admitam soluções específicas e alternativas e variações de execução, com repercussões significativas e concretamente mensuráveis sobre sua qualidade, produtividade, rendimento e durabilidade, quando essas soluções e variações puderem ser adotadas à livre escolha dos licitantes, conforme critérios objetivamente definidos no edital de licitação.
- E. Obras e serviços especiais de engenharia.

19. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, é inexigível a licitação quando inviável nos casos de contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, dentre os quais não se inclui:

- A. Publicidade e divulgação.
- B. Pareceres, perícias e avaliações em geral.
- C. Treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.
- D. Estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos ou projetos executivos.
- E. Restauração de obras de arte e de bens de valor histórico.

20. Observe os itens abaixo.

- I. Os menores de dezesseis anos.
- II. Os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos.
- III. Os ébrios habituais e os viciados em tóxico.
- IV. Os pródigos.
- V. Os que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.

De acordo com as regras de direito civil, consideram-se absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:

- A. I, apenas.
- B. I e II, apenas.
- C. I, III e V, apenas.
- D. I e IV, apenas.
- E. I, II, III, IV e V.

21. O nome está incluído entre os direitos da personalidade. Sobre ele, é incorreto afirmar:

- A. O pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome.
- B. O direito ao nome cessa após a morte de seu titular.
- C. Não é permitido usar, sem autorização, o nome alheio em propaganda comercial.
- D. Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome.
- E. O nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, ainda quando não haja intenção difamatória.

22. A respeito das pessoas jurídicas é incorreto afirmar:

- A. Decai em três anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.
- B. Os atos dos administradores, exercidos nos limites de seus poderes definidos no ato constitutivo, obrigam a pessoa jurídica.
- C. A existência legal das pessoas jurídicas de direito público começa com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo.
- D. A pessoa jurídica não se confunde com os seus sócios, associados, instituidores ou administradores.
- E. Nos casos de dissolução da pessoa jurídica ou cassada a autorização para seu funcionamento, ela subsistirá para os fins de liquidação, até que esta se conclua.

23. A pretensão dos tabeliães, auxiliares da justiça, serventuários judiciais, árbitros e peritos, pela percepção de emolumentos, custas e honorários prescreve em:

- A. Um ano
- B. Dois anos
- C. Três anos
- D. Quatro anos
- E. Cinco anos

24. O que ocorre se a parte que deu as arras não executar o contrato?

- A. A outra parte poderá ter o contrato por desfeito, retendo as arras.
- B. As arras deverão ser restituídas ou computadas na prestação devida.
- C. A parte poderá ter o contrato por desfeito, e exigir a devolução das arras mais o equivalente, com atualização monetária.
- D. As arras deverão ser restituídas, acrescidas de juros e honorários de advogado.
- E. A outra parte poderá ter o contrato por desfeito, restituindo as arras mais o equivalente.

25. Em um contrato aleatório que diga respeito a coisas futuras ou fatos futuros, cujo risco de não virem a existir foi assumido por um dos contratantes, o outro contratante:

- A. Terá direito de receber integralmente o que lhe foi prometido, ainda que tenha havido culpa de sua parte referente à não existência do avençado.
- B. Não terá direito de receber a integralidade do que foi contratado se a quantidade avençada não vier a existir.
- C. Se a coisa não vier a existir, ainda que sem dolo ou culpa do contratante, terá o dever de restituir o preço recebido.
- D. Poderá anular o contrato se provar que o outro contratante tinha conhecimento do risco a que a coisa objeto do contrato estava exposta.
- E. Terá direito de receber integralmente o que foi prometido, ainda que nada do avençado venha a existir, desde que não haja dolo ou culpa de sua parte.

26. O projeto de lei de diretrizes orçamentárias deve conter Anexo de Metas Fiscais. De acordo com o que estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal, este Anexo conterá, exceto:

- A. A avaliação da situação financeira e atuarial dos regimes geral de previdência social e próprio dos servidores públicos e do Fundo de Amparo ao Trabalhador e dos demais fundos públicos e programas estatais de natureza atuarial.
- B. A avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior.
- C. A avaliação dos passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.
- D. A evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos.
- E. O demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.

27. Julgue as proposições a seguir em V para verdadeiro e F para falso.

- () A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos 11 (onze) imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência, independentemente de empenho.
- () Os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal".
- () Nos Municípios, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração, não poderá exceder 50% (cinquenta por cento) da receita corrente líquida.
- () Para a apuração da despesa total com pessoal, será observada a remuneração bruta do servidor, sem qualquer dedução ou retenção, ressalvada a redução para atendimento ao disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.
- () O ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda ao limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo é anulável.

Assinale a alternativa que indica a ordem de respostas corretas:

- A. V, V, F, F, V.
- B. V, V, F, V, F.
- C. F, F, V, F, V.
- D. F, V, V, V, F.
- E. V, V, V, V, V.

28. Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, não são computadas na verificação do atendimento dos limites de gastos com pessoal as despesas:

- A. Com encargos sociais.
- B. Com horas extras.
- C. Com vencimentos e vantagens fixas.
- D. Com indenização por demissão.
- E. Com parcela custeada com recursos aportados para a cobertura do déficit financeiro dos regimes de previdência.

29. _____ é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica.

Assinale a alternativa que preenche adequadamente a lacuna.

- A. Transferência
- B. Readaptação
- C. Reversão
- D. Reintegração
- E. Recondução

30. O servidor público investido no cargo de vereador:

- A. Havendo compatibilidade de horário, perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.

- B. Deverá ser-lhe concedido horário especial a fim de garantir a compatibilidade entre o horário legislativo e o da repartição.
- C. Não poderá ser removido ou redistribuído de ofício para localidade diversa daquela onde exerce o mandato.
- D. Deverá ser afastado do cargo, não podendo optar pela sua remuneração.
- E. Não poderá ausentar-se do País, sem autorização do Poder Legislativo.

31. Acerca das normas constitucionais de associação profissional ou sindical, assinale a única alternativa incorreta:

- A. A participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho é obrigatória.
- B. O aposentado filiado tem direito a votar, bem como de ser votado nas organizações sindicais.
- C. A fundação de sindicatos é condicionada à autorização do Estado, que, além do registro no órgão competente, poderá exercer controle meritório de suas atividades.
- D. É vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.
- E. Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.

32. Podem propor ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade:

- I. Confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.
- II. A Mesa da Câmara dos Deputados e suas comissões permanentes.
- III. O Procurador-Geral da República.
- IV. O Presidente Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil.
- V. O Governador de Estado ou do Distrito Federal.

Estão corretos os itens:

- A. I, II e III, apenas.
- B. I, II, e IV, apenas.
- C. I, III e V, apenas.
- D. II, IV e V, apenas.
- E. III, IV e V, apenas.

33. Acerca das competências e regras constitucionais de organização dos estados federados, julgue as proposições a seguir com V para verdadeira e F para falsa:

- () Cabe aos Estados explorar diretamente os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, podendo ser regulamentada através de medida provisória, sendo vedada a sua exploração por concessão.

- () Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, podendo ser regulamentada através de medida provisória.
- () Cabe aos Estados explorar diretamente os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, sendo vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação, bem como sendo vedada a sua exploração por concessão.
- () Os Estados poderão, mediante lei ordinária, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, mediante prévia autorização da União.
- () Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, mediante prévia autorização da União.

Assinale a única alternativa que indique a sequência correta de respostas:

- A. V, F, F, V, F.
- B. V, F, F, F, V.
- C. F, V, F, V, F.
- D. F, F, V, F, V.
- E. F, F, F, F, F.

34. Nos termos da Constituição Federal de 1988, são atribuições do sistema único de saúde, exceto:

- A. Ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde.
- B. Participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos.
- C. Controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde e participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos.
- D. Auxiliar na manutenção dos dependentes dos segurados de baixa renda.
- E. Fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano.

35. Sobre a previdência social está incorreto o que se diz na seguinte alternativa:

- A. É possível a previsão de idade e tempo de contribuição distintos da regra geral para concessão de aposentadoria em favor dos segurados com deficiência, previamente submetidos a avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.
- B. Todos os salários de contribuição considerados para o cálculo de benefício serão devidamente atualizados, na forma da lei.

- C. É possível a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.
- D. A gratificação natalina dos aposentados e pensionistas terá por base o valor dos proventos do mês de dezembro de cada ano.
- E. Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo.

36. As causas cíveis serão processadas e decididas pelo juiz nos limites de sua competência. Sobre a competência é incorreto afirmar:

- A. Determina-se a competência no momento do registro ou da distribuição da petição inicial, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem órgão judiciário ou alterarem a competência absoluta.
- B. As ações de recuperação judicial, falência, insolvência civil e acidente de trabalho em que intervier a União, suas empresas públicas, entidades autárquicas e fundações, ou conselho de fiscalização de atividade profissional, na qualidade de parte ou de terceiro interveniente, serão remetidas ao juízo federal competente.
- C. A competência é determinada pelas normas previstas no Código de Processo Civil ou em legislação especial, pelas normas de organização judiciária e, ainda, no que couber, pelas constituições dos Estados, obedecidos os limites estabelecidos pela Constituição Federal.
- D. A ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis será proposta, em regra, no foro de domicílio do réu.
- E. A ação possessória imobiliária será proposta no foro de situação da coisa, cujo juízo tem competência absoluta.

37. Para a ação em que for ré sociedade ou associação sem personalidade jurídica, é competente o foro:

- A. Do lugar onde exerce suas atividades.
- B. Do lugar onde está a sede.
- C. Do lugar onde a obrigação deve ser satisfeita.
- D. Do lugar do ato ou fato.
- E. Do domicílio do autor.

38. Analise os itens a seguir.

- I. O incapaz será representado ou assistido por seus pais, por tutor ou por curador, na forma da lei.
- II. O juiz nomeará curador especial ao réu revel citado por edital ou com hora certa, enquanto não for constituído advogado.
- III. O cônjuge necessitará do consentimento do outro para propor ação que verse sobre direito real imobiliário, salvo quando casados sob o regime de separação absoluta de bens.
- IV. A massa falida é representada em juízo, ativa e passivamente, pelo administrador judicial.

- V. A sociedade ou associação sem personalidade jurídica não poderá opor a irregularidade de sua constituição quando demandada.

Assinale a alternativa correta:

- A. Apenas os itens I, III e V estão corretos.
- B. Apenas os itens IV e V estão incorretos.
- C. Apenas os itens I e II estão incorretos.
- D. Há apenas quatro itens corretos.
- E. Todos os itens estão corretos.

39. Acerca da intervenção de terceiros, julgue as proposições a seguir com V para verdadeira e F para falsa:

- () Salvo se for caso de rejeição liminar, não havendo impugnação no prazo de 15 (quinze) dias, o pedido do assistente será deferido.
- () Pendendo causa entre duas ou mais pessoas, o terceiro juridicamente interessado em que a sentença seja favorável a uma delas poderá intervir no processo para assisti-la.
- () A assistência será admitida em qualquer procedimento de primeiro grau de jurisdição, recebendo o assistente o processo no estado em que se encontre, não sendo cabível em procedimentos de segundo grau.
- () Se qualquer parte alegar que falta ao requerente interesse jurídico para intervir, o juiz ordenará a suspensão do processo para decidir o incidente.
- () O assistente simples atuará como auxiliar da parte principal, exercerá os mesmos poderes e sujeitar-se-á aos mesmos ônus processuais que o assistido.

Assinale a única alternativa que indique a sequência correta de respostas:

- A. V, F, F, V, F.
- B. V, F, F, F, V.
- C. V, V, F, F, V.
- D. F, V, F, F, V.
- E. V, V, V, V, V.

40. A revelia não produz o efeito de presunção de veracidade das alegações de fato formuladas pelo autor nos seguintes casos, exceto:

- A. Quando o litígio versar sobre direitos indisponíveis.
- B. Se a petição inicial não estiver acompanhada de instrumento que a lei considere indispensável à prova do ato.
- C. Havendo pluralidade de réus, algum deles contestar a ação.
- D. Quando a defesa apresentada de forma intempestiva permanece entranhada aos autos.
- E. Caso as alegações de fato formuladas pelo autor forem inverossímeis ou estiverem em contradição com prova constante dos autos.